

# *Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas*

2



*Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)*

**Atena**  
Editora

Ano 2020

# *Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas*

2



*Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)*

**Atena**  
Editora

Ano 2020

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Luciana Pavowski Franco Silvestre

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] :  
necessidades individuais & coletivas 2 / Organizadora  
Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa,  
PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-363-7

DOI 10.22533/at.ed.637200909

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. I.  
Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas”, são ao todo trinta e dois artigos organizados e apresentados em dois volumes.

As pesquisas abordam temas relevantes que visam identificar, analisar e refletir sobre as relações estabelecidas entre os fenômenos sociais, econômicos e políticos no atual contexto.

No primeiro volume apresenta-se quatorze artigos com pesquisas relacionadas a três eixos temáticos: Desenvolvimento tecnológico, inovação e sustentabilidade; Consumo, comunicação e informação e Educação e processos de formação voltados para a cidadania e práticas emancipatórias.

O segundo volume é composto por dezoito artigos que tratam sobre políticas públicas e gestão pública e os impactos no atendimento das demandas relacionadas a área de saúde, profissionalização, socioeducação, sistema judiciário e processos de institucionalização. Os artigos analisam também os aspectos políticos e coligações partidárias.

Os artigos possibilitam o reconhecimento e análise de maneira mais aprofundada dos temas abordados, bem como, podem contribuir para a realização de novos questionamentos e pesquisas, com aproximações sucessivas das relações sociais e desvelamento das necessidades individuais e coletivas existentes no atual contexto

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre.

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **SUSPENSÃO DE PROCEDIMENTOS HEMODINÂMICOS: UM DESAFIO PARA A GESTÃO PÚBLICA**

Alexandre Rodrigues Inácio de Azevedo

Jéferson Valente Vieira

Adriana Maria Lamego Rezende

Renato Cruz de Sousa

Ana Luísa Carneiro Pereira Gonçalves

Bráulio Lamego Resende

Fernanda Cruz de Souza

Matelane dos Anjos Rezende

**DOI 10.22533/at.ed.6372009091**

### **CAPÍTULO 2..... 14**

#### **COVID 19 COMO DOENÇA OCUPACIONAL E SEUS IMPACTOS NA ESFERA PREVIDENCIÁRIA**

Letícia Vieira Mattos

**DOI 10.22533/at.ed.6372009092**

### **CAPÍTULO 3..... 25**

#### **O ROMPIMENTO DO HIATO DO GÊNERO A PARTIR DE ROTAS METABÓLICAS BIOQUÍMICAS**

Maria Betânia de Oliveira Garcia

Carolina Helena Almeida Silva

Ariane Ribeiro Martins

**DOI 10.22533/at.ed.6372009093**

### **CAPÍTULO 4..... 41**

#### **AGLOMERADOS DE ALTO RISCO DE MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE NO BRASIL**

Érika Carvalho de Aquino

Vinícius da Silva Oliveira

Marli de Mesquita Silva Montenegro

José Maurício Botto de Barros Garcia

João Bosco Siqueira Júnior

Otaliba Libânio de Moraes Neto

**DOI 10.22533/at.ed.6372009094**

### **CAPÍTULO 5..... 58**

#### **BREVE REFLEXÃO SOBRE ADOÇÃO E A CULTURA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO**

Izabel Tereza Sousa Silva

Wnágylly Jéssica da Silva Pinheiro

Juliana Lara Borges Soares

Anna Gabriella Barbosa de Carvalho Silva

Cidianna Emanuely Melo do Nascimento

**DOI 10.22533/at.ed.6372009095**

**CAPÍTULO 6..... 66**

**TURISMO E CULTURA: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS GRUPOS DE CARIMBÓ DE BELÉM-PA**

Victor Barbosa Campos

Maria Augusta Freitas Costa Canal

**DOI 10.22533/at.ed.6372009096**

**CAPÍTULO 7..... 78**

**AFETOS EM MOVIMENTO: TRAJETÓRIAS DE MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E NO MST**

Flávia Cunha Pacheco

Carolina de Andrade Guarnieri

Luna Carulina Mendes Filgueiras

Maria Therezinha Loddi Liboni

**DOI 10.22533/at.ed.6372009097**

**CAPÍTULO 8..... 90**

**ESTRATÉGIAS DE *COPING* ADOTADAS POR FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Ana Naysa Albuquerque Teixeira

Cibelly Aliny Siqueira Lima Freitas

Verônica de Azevedo Mazza

Maria Adelane Alves Monteiro da Silva

Etelvina Melo Sampaio

Benedita Shirley Carlos Rosa

**DOI 10.22533/at.ed.6372009098**

**CAPÍTULO 9..... 106**

**CAPITAL TRABALHO E ESTADO NA POLÍTICA PÚBLICA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO AGRONEGÓCIO: TRILHAS DE UMA PESQUISA NO ESTADO DO PIAUÍ**

Paula Maria do Nascimento Mazullo

Maria Dione Carvalho de Moraes

**DOI 10.22533/at.ed.6372009099**

**CAPÍTULO 10..... 119**

**COMO PROMOVER A REINserÇÃO DE EX-PRESIDIÁRIOS NA SOCIEDADE DE MATO GROSSO**

Hiayssa França Almeida

**DOI 10.22533/at.ed.63720090910**

**CAPÍTULO 11..... 121**

**A INDEPENDÊNCIA CONGOLESA COMO UM PROCESSO DE MANUTENÇÃO DO CONSERVADORISMO SOCIAL E ECONÔMICO**

Felipe Antonio Honorato

Paulo Cesar de Abreu Paiva Júnior

**DOI 10.22533/at.ed.63720090911**

<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>133</b>
JUSTIÇA RESTAURATIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA A CULTURA DE PAZ MEDIANTE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
Débora Maria Ferreira da Silva	
Francisco Mateus Pontes Pereira	
Tânia Gabriela de Sousa de Paiva	
Maria Isabel Silva Bezerra Linhares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63720090912</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>144</b>
O REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO: UMA ANÁLISE DE SUA NATUREZA JURÍDICA	
Mateus Gruber	
Sarah Francine Schreiner	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63720090913</b>	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>155</b>
“FUTEBOL-BANDIDO”: OS <i>CARTOLAS DA CBF</i> E A CORRUPÇÃO NO BRASIL	
Breno Carlos da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63720090914</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>168</b>
O DIREITO FUNDAMENTAL À PROFISSIONALIZAÇÃO DE SOCIOEDUCANDOS QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM SALVADOR: ABORDAGEM CRÍTICO-ANALÍTICA	
Evandro Luís Santos de Jesus	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63720090915</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>179</b>
O SOCIALISMO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
Rodolfo Palazzo Dias	
Eric Gil Dantas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63720090916</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>203</b>
COALIZAÇÕES ORGANIZACIONAIS – RESPOSTA À CONJUNTURA DE ALTA COMPETITIVIDADE	
Adelcio Machado dos Santos	
Daniel Tenconi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63720090917</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>216</b>
ANCESTRALIDADE E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DE MÃE HILDA DE JITOLU	
Ayni Estevão de Araujo	
Geander Barbosa das Mercês	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63720090918</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>227</b>

ÍNDICE REMISSIVO .....228

# CAPÍTULO 11

## A INDEPENDÊNCIA CONGOLESA COMO UM PROCESSO DE MANUTENÇÃO DO CONSERVADORISMO SOCIAL E ECONÔMICO

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 02/06/2020

### Felipe Antonio Honorato

Falculdade IESCAMP / Escola de Artes,  
Ciências e Humanidades da Universidade de  
São Paulo (EACH-USP)  
Campinas – SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8128325045743110>

### Paulo Cesar de Abreu Paiva Júnior

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da  
Universidade de São Paulo (EACH-USP)  
São Paulo – SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6662333883990592>

**RESUMO:** O presente trabalho objetiva analisar o processo de independência do então Congo Belga (atual República Democrática do Congo), que foi colônia do Estado belga de 1906 a 1960, como um fenômeno de manutenção do conservadorismo social e econômico. Isto porque, como se pode concluir, a então metrópole, Bélgica, almejava que, mesmo após a independência política de sua colônia africana, as relações econômicas neocoloniais seguissem as mesmas pautas do período colonial. Por isso, belgas, mesmo sem enfrentar resistência armada em seu território colonial – como ocorreu em outros contextos africanos durante o processo de descolonização - coordenaram um processo de transferência do poder para os congolese que durou apenas 3 meses, processo este que Kabengelê Munanga chamou de “*um cálculo maquiavélico orquestrado*

*por uma ala da política belga e os representantes dos meios de negócios”* (MUNANGA, 2011, p. 14). O que ocorreu após a independência, em 1960, foi uma série de eventos que culminaram no período denominado Segunda República - a ditadura de Mobutu Sese Seko, que instaurou um governo que Peter Evans (1993) chamou de “Estado predatório”: “*Desde que Joseph Mobutu Sese Seko assumiu o governo do Zaire em 1965, ele e seu círculo íntimo no interior do aparelho de Estado zairiano têm extraído enormes fortunas pessoais das receitas geradas pela exportação da impressionante riqueza mineral do país*” (EVANS, 1993, p. 114). Mobutu permaneceu no poder da República do Zaire até 1997, tendo sido considerado por anos o homem mais rico do mundo e sendo, ao menos até o fim da Guerra Fria, sempre bem-vindo tanto em Bruxelas, quando em Washington. A metodologia aqui utilizada foi a revisão bibliográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Independência congolese, Congo Belga, República do Zaire, República Democrática do Congo, Bélgica.

### THE CONGOLESE INDEPENDENCE AS A PROCESS OF MAINTENANCE OF THE SOCIAL AND ECONOMIC CONSERVATISM

**ABSTRACT:** The present article aims to analyze the independence process of the then Belgian Congo (present Democratic Republic of Congo), which was a colony of the Belgian State from 1906 to 1960, as a phenomenon of maintenance of social and economic conservatism. This is because, as can be concluded, the then metropolis, Belgium, longed that, even after the

political independence of its African colony, neocolonial economic relations would follow the same guidelines of the colonial period. For this reason, Belgians, even without facing armed resistance in their colonial territory - as occurred in other African contexts during the decolonization process - coordinated a power transferring process to the Congolese that lasted only 3 months, a process that Kabengelê Munanga called “*A Machiavellian calculation orchestrated by a wing of Belgian politics and representatives of the business community*” (MUNANGA, 2011, p. 14). What happened after independence in 1960 was a series of events that culminated in the period called the Second Republic - the dictatorship of Mobutu Sese Seko, which established a government that Peter Evans (1993) called a “predatory state”: “*Since Joseph Mobutu Sese Seko took over the government of Zaire, in 1965, he and his inner circle within the Zairian state apparatus have extracted enormous personal fortunes from the revenues generated by the export of the country’s impressive mineral wealth*” (EVANS, 1993, p. 114). Mobutu remained in power in the Republic of Zaire until 1997, having been considered for years the richest man in the world and being, at least until the end of the Cold War, always welcome both in Brussels and in Washington. The methodology used here was the bibliographic review.

**KEYWORDS:** Congolese independence, Belgian Congo, Republic of Zaire, Democratic Republic of the Congo, Belgium.

## 1 | INTRODUÇÃO

A República Democrática do Congo (RDC) é um país localizado na África Central<sup>1</sup>. Com uma área total de 2.345.409 Km<sup>2</sup>, a RDC também é chamada de Congo-Kinshasa (em referência ao nome de sua capital). Em seus 9.165 km de fronteiras, faz divisa com 9 países: República do Congo – ou Congo-Brazaville – a oeste; República Centro-Africana e Sudão, ao norte; Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia, a leste; Zâmbia, a sudeste; e Angola, ao Sul. A região costeira do país possui 17km de extensão, mais ou menos, e, segundo Munanga (2011, p. 02), encontra-se “*entre o enclave angolano de Cabinda e a desembocadura do rio Congo*”.

Seu território é extremamente rico em recursos naturais: ainda segundo Munanga (2011, p. 02) estima-se que 1/5 das reservas hídricas da Terra estejam lá. Seu solo fora declarado em 1892 pelo geólogo belga Cornet um “escândalo geológico” (CORNEVIN, 1972), pois apresenta enormes fontes – dentre outros minérios –de cobre, diamante, manganês, estanho, urânio, zinco e cobalto (MUNANGA, 2011).

Além destes minerais, o Congo ainda possui jazidas consideráveis de ouro, bauxita, prata, platina, chumbo, carvão e petróleo (MUNANGA, 2011). A maior parte destas riquezas, no entanto, concentra-se no leste do país, abrangendo a província do Catanga e suas adjacências. Segundo Cornevin (1972), tal concentração pode ser explicada geologicamente, pois é na parte oriental do país que se encontram as formações geológicas mais antigas. Etnologicamente, podemos dizer que a República Democrática do Congo é

1. Segundo Bethwell Allan Ogot (2010): “Entendemos por África Central os seguintes países: Zaire, República Centro-Africana, República Popular do Congo, Gabão, Camarões e, em parte, Angola, Ruanda e Burundi”.



um país bastante diverso: são 250 etnias diferentes habitando seu território (CORNEVIN, 1972).

O Congo, entre 1885 e 1960, foi uma colônia belga. De 1885 a 1906 se chamou Estado Livre do Congo: neste período, não foi uma colônia pertencente ao Estado belga, mas sim um território de propriedade particular do rei Leopoldo II, então soberano do país europeu.

Nestes vinte anos que se seguiram, mesmo sem ter calcado uma vez sequer o solo africano, Leopoldo II instalou em sua colônia um modelo de exploração da borracha e do marfim que transformou quase que todos os congolese em seus funcionários cativos. A exploração era fiscalizada e comandada por estrangeiros de todas as partes, principalmente belgas e africanos, que, quanto mais forçassem os nativos a extraírem, mais dinheiro ganhavam. Assim, para conseguir mais borracha e marfim, os congolese eram submetidos a castigos severos, onde, por exemplo, a mutilação era uma prática que fazia parte do cotidiano.

Missionários ingleses acabaram por registrar, em uma série fotográfica, diversos congolese mutilados. Estes registros tornaram-se então bem conhecidos acerca do país, posteriormente circulando pela Europa, o que gerou um movimento contra o domínio de Leopoldo II sob o território congolês.

Uma comissão de caráter internacional foi instaurada e o rei, após negociar uma indenização, cedeu sua propriedade ultramarina ao Estado belga, criando-se, assim, o Congo Belga. A mudança produziu algumas modificações no modelo de exploração econômica: a espoliação da colônia passou a ser feita, majoritariamente, através da indústria da mineração e da parceria entre o capital privado e o governo belga; socialmente, o Congo Belga tornou-se o território africano com o mais extenso estado de bem estar social do continente; no entanto, o contexto de opressão, segregação racial e cerceamento das liberdades civis e políticas continuou o mesmo.

Este fora justamente o principal gatilho que desencadeou o processo de independência do país, que, posteriormente, gerou uma reação de setores ligados aos interesses coloniais que jogaram o Congo em três décadas de uma ditadura conservadora e sustentada pelos interesses do capital internacional. Neste artigo, analisa-se o processo de independência do então Congo Belga como um fenômeno de manutenção do conservadorismo social e econômico, para que, mesmo após a independência política do país, as relações econômicas neocoloniais seguissem as mesmas pautas do período colonial.

## **2 | CONGO BELGA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL**

Após a criação do Congo Belga, a espoliação das riquezas congolese passou a ser feita através do chamado “portfólio congo”. O portfólio era um conjunto de empresas paraestatais – o que, no Brasil, entendemos como empresas de capital misto – baseadas

nos antigos sistemas de concessões de Leopoldo II. Fazia parte deste portfólio, por exemplo, o Banco Central congolês. Kent (2011) traz que:

“As entidades paraestatais, incluindo a Administração Fluvial e o Banco Central, eram geridas por conselhos de administração a partir de Bruxelas, e em 1958 encontravam-se avaliadas em 37,5 mil milhões de francos. Os rendimentos do Portefólio foram de mil milhões de francos em 1959, mas não foram tomadas quaisquer medidas visando a sua transferência para o governo independente...” (KENT, 2011, p. 41).

Além do Estado, que tinha participação de até 50% em todas estas companhias (MERRIAM, 1963), cinco corporações privadas se tornaram as grandes parceiras do governo belga no empreendimento da exploração e espoliação do Congo Belga:

“As cinco grandes firmas eram a Brufina, que controlava o Banco de Bruxelas além de certas organizações industriais; a Unilever, através de sua subsidiária belga, Huilever, agindo sobre produtos vegetais; Cominière, corporação agrícola e de mineração; o Banco Empain com grandes interesses no do transporte e a Société Générale que detinha interesses vários além de direitos de mineração” (MERRIAM, 1963, p. 44-45).

Merriam (1963, p. 44) destaca que o poderio destas cinco empresas era tão grande que *“(...) em 1952 noticiou-se que cinco companhias arrendatárias controlavam aproximadamente 70% de todos os negócios no Congo...”*.

No Congo Belga, o Estado belga instalou um governo altamente paternalista e isolacionista – e duas foram as consequências deste diagnóstico geral. A primeira foi, curiosamente, a instalação de um estado de bem social que era o mais extenso de África à época. A segunda foi a formação de um território hermético, portador de uma estrutura altamente repressiva.

Com relação ao estado de bem estar social, havia um sistema de previdência social que previa auxílio doença e pensões por aposentadoria para todos os africanos trabalhando no Congo; o *posho* obrigava todos os empregadores da colônia a fornecerem a seus trabalhadores cobertores, calções, agasalhos e alimentação sadia; escolas primárias e de formação profissional se espalharam pelo país (consolidando o poderio da igreja católica dentro do empreendimento colonial belga, uma vez que ela era responsável pela maioria das escolas de ensino primário no Congo Belga). Tal realidade ampliou o número de pessoas alfabetizadas e de técnicos qualificados; além disso, ainda havia uma oferta considerável de empréstimos para aqueles que desejavam comprar imóveis e o Fundo de Bem-Estar Indígena, que, segundo Merriam (1963, p. 56-57) *“em seus dez primeiros anos construiu 28 hospitais, 369 enfermarias, 118 maternidades, 124 ambulatórios infantis, 15 asilos para órfãos, 5 sanatórios e 17 centros médicos”*.

Apesar da educação primária e profissional ter se massificado na colônia, a educação superior tardou a ser introduzida no Congo. Fato é que – ainda segundo Merriam (1963) – os belgas vislumbravam o ensino superior como uma oportunidade de construir possíveis

contestadores do regime colonial. O primeiro congolês a conseguir autorização para cursar o ensino superior fora do país (na Bélgica) foi Thomaz Kanza, em 1952. A constituição de universidades no Congo Belga tardou ainda mais: a Universidade de Lovanium abriu seus cursos em fevereiro de 1956, na região de Kinshasa (então Leopoldville), e a Universidade Oficial do Congo Belga e Ruanda-urundi inaugurou suas aulas no outono de 1956, em Lubumbashi (então Elizabethville).

À despeito de toda estrutura social oferecida, a administração colonial não garantia aos congolezes o direito de reunião e associação, muito menos a liberdade de imprensa:

“Sob a administração colonial belga a imprensa não era livre. A carta colonial de 1908 reconhecia os seguintes direitos civis: liberdade individual, de religião, de opinião e de educação; inviolabilidade do domicílio, direito de petição, inviolabilidade da correspondência particular, o direito de ação legal contra os funcionários públicos, a inviolabilidade da propriedade privada e a liberdade de emprego. Não reconhecia o direito de reunião e associação e a liberdade de imprensa” (MERRIAM, 1963, p.59)

Apenas em 1959 o rei belga assinou decretos modificando as disposições da Carta Colonial no que tange a imprensa e ao direito de reunião e associação; na prática, a mudança foi nula: Segundo Merriam (1963, p. 60) o decreto relativo à “liberdade de imprensa”, em seu segundo dos cinco artigos que continha, *“autorizava o Governador Geral ou seu delegado a proibirem a introdução e circulação no Congo de periódicos [...] que pudesse perturbar a ordem pública”*; Merriam (1963, p.61) também indica que o segundo artigo do decreto que tratava sobre o direito de reunião e associação *“autorizava o Governador Provincial, depois de emitir uma comunicação prévia, a dissolver qualquer organização cujas atividades, a seu critério, pudessem comprometer a ordem pública”*, sendo que, em caso de emergência, *“funcionários de menor categoria estavam autorizados à mesma prática”*. Munanga (2011) destaca que no mesmo ano em que estes decretos entraram em vigor, um rapaz congolês ficou preso por três meses porque foi pego com um exemplar antigo do jornal comunista belga *Le Drapeau Rouge*.

O rádio era mais difícil de ser censurado: no Congo Belga recebia-se sinal radiofônico de emissoras de Brazzaville, do Cairo e de Pequim, por exemplo; no entanto, a Rádio do Congo Belga era rigidamente controlada.

No tocante aos direitos civis e políticos, outros dois fatores eram pontos sensíveis dentro da população congoleza: até 1947, não havia estritamente a participação de nenhum congolês nas decisões políticas tomadas sobre a colônia; esta situação se modificou quando, no citado ano, dois nativos foram nomeados para o Conselho Governamental – número que saltou para oito em 1951 (MERRIAM, 1963); em 1957, houveram algumas cidades onde o voto direto para a escolha de conselheiros municipais foi introduzido (MERRIAM, 1963); a questão racial também era latente, uma vez que brancos evitavam o convívio social com negros, haviam leis que permitiam castigos físicos e delimitavam as

posições que congolese poderiam alcançar dentro do serviço público (MERRIAM, 1963), bem como os bairros das cidades congolese eram segregados – existiam os bairros das populações brancas e os bairros das populações negras (MERRIAM, 1963); apenas em 1957 o ódio racial foi abolido por lei e em 1958 a primeira família negra se mudou para o setor branco de Leopoldville (MERRIAM, 1963).

### 3 | A INDEPENDÊNCIA CONGOLESA

Todos os fatores sociais e políticos citados no tópico anterior formaram o contexto que resultou na luta pela independência congolese. Em 1955, o rei belga Balduino I visitou Leopoldville; os congolese esperavam que o soberano se comprometesse a acabar com a situação de repressão e segregação que havia na colônia, o que não aconteceu: diante deste cenário, Munanga (2011, p. 10) afirma que *“o rei limitou-se a apelar por uma união mais íntima e estreita entre a Bélgica e sua colônia e a invocar a mística comunidade de destino que ligava uma a outra”*.

No mesmo ano de 1955, o pesquisador belga Van Bielsen publicou um estudo em que defendia um processo de independência gradual do Congo Belga, para o qual a Bélgica deveria – o mais rápido possível – começar a formar um quadro de congolese preparados a assumirem o Estado independente, que deveria elaborar uma constituição federal que respeitasse toda sua pluralidade étnica (MUNANGA, 2011, p. 10-11). Segundo a estimativa de Bielsen, este processo deveria levar trinta anos para ser concluído de forma efetiva.

As ideias de Van Bielsen reverberaram na colônia, desdobrando-se na divulgação de dois manifestos: um grupo de jovens profissionais congolese e que tinham como ponto de convergência o periódico “Consciência Africana” divulgaram um manifesto se opondo à dominação colonial e ao discurso do rei que incluía o Congo dentro de uma comunidade belgo-congolese; semanas depois, a Abako, uma associação cultural Bacongo, publicou um segundo manifesto, exigindo a politização do Congo Belga através da pluralidade de partidos políticos.

Segundo Munanga (2011), foi no ano de 1958 – através de três eventos distintos – que a independência do Congo foi compreendida como um “processo sem volta”.

Primeiramente, ocorreu em Bruxelas uma exposição mundial onde vários representantes regionais do Congo e Ruanda-urundi foram convidados a participar; ali, diversos líderes étnicos e políticos se encontraram e puderam iniciar articulações em prol da independência, além de levar, às suas regiões de origem, as idéias que estavam sendo desenvolvidas.

Em segundo lugar, em agosto de 1958, o general De Gaulle, mandatário francês, visitou Brazaville, capital do Congo francês. Por lá, disse que a independência das colônias francesas estava disponível a quem quisesse pegá-la; os congolese do lado belga tomaram conhecimento do discurso de De Gaulle e começaram a exigir um plano de independência

também de suas autoridades metropolitanas.

Por fim, o terceiro dos três importantes eventos ocorridos em 1958 foi a realização do Congresso Pan-Africano em Acra, capital da então recém-independente Gana. No congresso, os congolezes foram representados pelo líder do Movimento Nacional Congolês (MNC) Patrice Emery Lumumba. Lá, Lumumba se consolidou como um dos grandes nomes da luta pela independência dos países africanos, ganhando a admiração de figuras como Gamal Nasser, Kwame Nkrumah e Sékou Touré, tornando-se membro eleito do secretariado permanente do congresso. Segundo Munanga (2011, p. 12), *“seu discurso expressava o primeiro programa de ação estabelecido por um líder congolês contra o poder colonial: ‘Abaixo o imperialismo, abaixo o racismo, o tribalismo; viva a nação congoleza, viva a África independente’”*.

Em janeiro de 1959, uma confusão ocorrida em um encontro da Associação Cultural Abako (grupo influente na politização do Congo Belga) acabou com a *Force Publique* abrindo fogo contra uma multidão africana; o saldo foi de 49 africanos mortos e outros 101 feridos (MUNANGA, 2011, p. 13). Isto serviu de gatilho para que aquele ano fosse marcado por uma série de manifestações, muitas delas terminadas em violência, em favor do fim do sistema colonial.

O efeito deste evento foi a convocação, por parte dos belgas, de uma mesa-redonda para negociação com todos os chefes políticos congolezes de 20 de janeiro a 20 de fevereiro de 1960, em Bruxelas. Os líderes congolezes foram irredutíveis quanto à independência, exigindo-a a curto prazo; os belgas aceitavam a independência política, mas o seu ideal de relações neocoloniais com o Congo não incluíam mudanças significativas na administração do portfólio Congo. No fim, todos foram surpreendidos quando a metrópole não só aceitou a independência, mas também determinou a data de 30 de junho de 1960 (CORNEVIN, 1972) como o dia da passagem do poder político para os congolezes – apenas três meses após o fim das negociações em Bruxelas. Munanga (2011) sugere que nada foi por acaso:

“A pressa se explica em parte pela pressão exercida pelos líderes congolezes, mas também por um cálculo maquiavélico orquestrado por uma ala da política belga e os representantes dos meios de negócios. Os líderes africanos queriam imediatamente sua independência; os meios políticos belgas de acordo com seu cálculo maquiavélico resolveram outorgar-lhes a independência no justo momento que eles não saberiam como e o que fazer com ela, pois não havia nenhum quadro administrativo africano experiente e competente. Bem! Não tendo um quadro administrativo experiente, o governo independente ia necessária e absolutamente precisar ainda por certo tempo do quadro administrativo colonial composto de brancos. A mesma dificuldade se colocava no plano militar que até então contava somente com o comando dos oficiais belgas. Estando a administração pública e o exército ainda inteiramente nas mãos dos colonizadores de ontem, os governantes de hoje não tinham outra saída a não ser curvar-se a uma situação de continuidade, ou seja, de uma independência fictícia e nominal. Mais do que isso, lembramos que na data de proclamação da independência em 30 de junho de 1960, o país

tinha apenas nove jovens universitários inexperientes recém-formados que por mais competentes e voluntaristas que fossem não seriam numericamente suficientes para administrar um país tão grande territorialmente.” (MUNANGA, 2011, p. 14).

Em maio de 1960 foram realizadas eleições provinciais e nacionais no Congo (MUNANGA, 2011). Como havia sido determinado na Lei Fundamental, que fazia o papel de uma constituição provisória, o país teria um presidente e um primeiro-ministro, além de ser uma república parlamentar. No seu primeiro pleito, o Congo elegeu Joseph Kasa-Vubu como seu presidente e Lumumba como seu primeiro-ministro. A emergência ao poder de Patrice Lumumba, sua imagem de radical e o medo de que Lumumba se aproximasse do comunismo, fez com belgas tomassem uma decisão drástica:

“[...] o nacionalismo de Lumumba fez-se acompanhar de ideias radicais e nacionalistas de esquerda, e é pouco provável que este visse com bons olhos a manutenção das relações econômicas coloniais, bem como a sua institucionalização nos acordos postos em prática sob a égide do Estado Livre de Leopoldo. Por conseguinte, assim que os resultados das eleições foram conhecidos, Ganshof van der Meersch, o ministro no Congo, foi incumbido da tarefa de nomear o *formateur* do novo governo, de acordo com a *loi fondamentale* belga na qual se baseava a Constituição do Congo. E, em vez de nomear Lumumba, o líder do principal partido, Van der Meersch, voltou-se para Joseph Kasavubu, o líder bacongo, que não foi capaz de assegurar o apoio necessário para formar um governo sem Lumumba. A estratégia anti-Lumumba foi posta em prática antes sequer de se poder verificar que este era comunista ou que estava a ser instrumentalizado pelo comunismo soviético” (KENT, 2011, p. 41).

Incentivada pela Bélgica, a província do Catanga iniciou um processo de separação do Congo oficializado em 11 de julho de 1960, data na qual Móis Tshombé, então governador da província, ratifica a intervenção belga na região (MUNANGA, 2011, p. 15). No dia seguinte, 12 de julho, o mesmo Tshombé nomeia o comandante belga Weber como coordenador militar do Catanga (MUNANGA, 2011, op.cit.). Este fato deixou Patrice de mãos totalmente atadas, afinal aquela província representava 45% do produto interno bruto do recém-independente país. Concomitantemente a todos estes desdobramentos, paraquedistas belgas desembarcavam na base aérea de Kamina, no Catanga, abastecendo a província com mais de 100 toneladas de armamentos entre 1 de julho e 1 de setembro daquele ano.

Uma semana antes dos acontecimentos no Catanga, um motim nas forças armadas havia começado e tornado quase a totalidade das tropas em situação de insubordinação a Lumumba: os soldados exigiam a africanização dos quadros de comando da armada e a destituição do general belga Janssens (MUNANGA, 2011, p. 14-15); Lumumba, para contornar a situação, propôs a promoção de todos os soldados para um cargo acima do que ocupavam, além de nomear Joseph Mobutu, congolês, Coronel Chefe do Estado-Maior. Infelizmente, a saída encontrada por Lumumba não foi suficiente.

As crises no Catanga e no exército se espalharam pelo país: a Abako se virou contra o primeiro-ministro e Joseph Kasa-Vubu, líder do agora partido político, decretou a revogação do mandato de Patrice Lumumba e a dissolução do governo nacional. Lumumba, por sua vez, não aceita a medida do presidente Kasa-Vubu e o revoga do cargo; outras províncias, como o Kasai, seguem os passos do Catanga e declaram separação do Congo; em 14 de setembro, Lumumba é detido, mas foge posteriormente; em 9 de dezembro a ONU envia tropas ao país que ocupam o aeroporto de Elizabethville, permitindo pousos e decolagens apenas de aeronaves da própria organização; Patrice Lumumba é recapturado e enviado ao Catanga, onde é assassinado em 17 de janeiro de 1961.

#### **4 | A INDEPENDÊNCIA CONGOLESA COMO UM PROCESSO DE MANUTENÇÃO DO CONSERVADORISMO SOCIAL E ECONÔMICO**

Após a morte do primeiro-ministro Patrice Lumumba, o Congo eclodiu em rebeliões provinciais, alimentadas por mercenários e tropas belgas. A situação só foi se estabilizar em 1965, após a instauração de uma ditadura e da neutralização, em 1964, do presidente Joseph Kasa-Vubu: um jovem militar congolês emergiu como liderança em meio ao caos que tomou o país africano. De nome completo Mobutu Sese Seko Nkuku Ngbendu wa Za Banga, ele ficou mais conhecido apenas por Mobutu Sese Seko.

Foi Mobutu quem promoveu um golpe militar que o colocou no comando do país, e nesta posição ele ficou por trinta e dois anos (instituindo a chamada Segunda República), período em que mudou o nome do país para República do Zaire, instaurando um governo que Peter Evans (1993) denominou de “Estado predatório” - uma ditadura alinhada aos interesses das potências ocidentais que multiplicou seu patrimônio pessoal:

“Desde que Joseph Mobutu Sese Seko assumiu o governo do Zaire em 1965, ele e seu círculo íntimo no interior do aparelho de Estado zairiano têm extraído enormes fortunas pessoais das receitas geradas pela exportação da impressionante riqueza mineral do país. Durante estes vinte anos, o PNB per capita do Zaire declinou a uma taxa anual de 2,1 % ao ano, levando o país pouco a pouco para o último lugar na hierarquia mundial das nações e deixando a população do país numa miséria igual ou pior do que a sofrida durante o regime colonial belga. O Zaire é, em suma, um exemplo de manual de um “Estado predatório” no qual a preocupação da classe política com a busca de renda converteu a sociedade em sua presa...” (EVANS, 1993, p. 114).

No final de 1988, o jornal *Le Soir* fez uma reportagem que ilustra bem como era o cenário no Zaire de Mobutu: Colette Braeckman, enviada especial, cobriu a estada de especialista do FMI em Kinshasa; o mandatário do Zaire, desde o início daquele ano, havia rompido com a instituição internacional, deixando de pagar seus débitos, sendo excluído dos programas da instituição; os técnicos do FMI estavam ali para propor medidas de austeridade ao Zaire, para que, depois, novos créditos fossem contraídos pelo país

africano. Braeckman descreve o Zaire como sendo um país em ruínas, ou, ao menos, um país onde o Estado está em ruínas. Os salários eram simbólicos, por causa do baixo valor da moeda, e mesmo os professores universitários tinham de se desdobrar em vários empregos para poder viver:

«Mon salaire? s'exclame un fonctionnaire. Il est plus que symbolique: que peut-on faire avec 4.000 zaïres? (Moins de 1.000 FB.) Heureusement que ma femme tient un commerce, un petit nganda («café»), où les voisins viennent boire leur bière, se rencontrer. Parfois elle se rend sur la rive d'en face, à Brazzaville, et, là aussi, elle fait du commerce.» Un professeur d'université ajoute: «Moi non plus, mon salaire ne me fait pas vivre, même s'il a été augmenté récemment. Mais, à côté, je suis conseiller dans une société privée. Ici, on ne tient que si on a plusieurs métiers.» (BRAECKMAN, 1988)

A reportagem fala, descrevendo a situação de Kinshasa, em apagões constantes, vias que, ante a menor chuva, se tornam lamacentas, em táxis e ônibus cada vez mais raros e caros, tornando atividades rotineiras, como ir a escola ou chegar ao trabalho, muito mais difíceis e, muitas vezes, apenas possíveis com a ajuda da rede de relacionamentos de cada um (BRAECKMAN, 1988). A jornalista destaca que estas dificuldades, no entanto, fizeram a vividez e agitação da cidade se espalhar, ir além do centro:

“Malgré la crise cependant, Kinshasa fait plus que survivre. Elle vit, intensément. Des boutiques sont ouvertes jusque dans les plus lointains quartiers, des musiques s'échappent de toutes les maisons, les ngandas se multiplient ainsi que les dancings: la pénurie de moyens de transport a fait éclater la vie nocturne, qui désormais ne se limite plus à Matongué. Chacun, s'il le peut, danse et s'amuse près de chez soi. Sur les marchés, les femmes vendent des gobelets de sel, des morceaux de poulet, des quignons de pain: infini détail du commerce, où chacun essaie de gagner quelques miettes...” (BRAECKMAN, 1988)

A jornalista descreve que Kinshasa e as regiões mineradoras ainda se encontravam numa posição privilegiada. Os efeitos da crise econômica eram mais devastadores fora da capital e dos olhos do interesse econômico. Para exemplificar, cita o caso da gasolina em Kisangani:

“Si, à Kinshasa, l'essence coûte 50 zaïres (10 FB) ce qui est anormalement bas, à Kisangani, la pénurie a fait flamber les prix. Les revendeurs que l'on appelle, ici comme ailleurs, des Kaddhafi, cèdent des bouteilles d'essence pour 350 zaïres le litre. Le prochain arrivage n'est attendu que dans trois semaines, ou plus tard encore. Au centre ville les magasins sont fermés, la dernière grande surface s'apprête à baisser définitivement ses volets car elle est en rupture totale de stock” (BRAECKMAN, 1988)

Por causa de uma dívida de então 400 milhões de francos, tinha sido cortado o fornecimento de combustível à companhia nacional de trens, a *Société nationale des chemins de fer zaïrois*, dificultando ainda mais o deslocamento intranacional, que já sofria com a crise do abastecimento de combustíveis e a má condição das estradas



(BRAECKMAN, 1988).

Os indicadores sociais seguiam o resto da situação do país e são descritos na reportagem como algo que se possa dizer catastrófico: com um repasse em 1988 que representava apenas 3% do valor total previsto, a saúde registrava 800 novos casos de lepra por dia na província do Alto Zaire, além de 650 novos casos de tuberculose (BRAECKMAN, 1988); as mulheres não tinham condições de realizar tratamento pré-natal. As taxas de evasão escolar aumentavam a cada ano, pois os custos para se manter uma criança na escola eram impraticáveis para o congelês médio (BRAECKMAN, 1988); a Universidade de Kisangani dependia de ajuda internacional para continuar aberta; os dormitórios se encontravam lotados e os alunos tinham de se revesar em turnos para todos poderem dormir; o giz usado na sala de aula era comprado pelos próprios professores (BRAECKMAN, 1988).

Uma medida ainda do FMI, para controle inflacionário, havia proibido o Estado de aumentar os salários. Por isso, para atrair sua mão de obra, as companhias privadas ofereciam benefícios extras aos seus funcionários: escola e tratamento médico para o funcionário e sua família, alguns produtos para consumo (BRAECKMAN, 1988). As plantações sofriam para recrutar trabalhadores e a mineração, após a liberação da garimpagem de minerais preciosos pelo governo, se tornou, nas palavras da jornalista, “uma lenda de faroeste”:

“C'est que, au Kasaï oriental, pays du diamant, ou dans la région d'Isiro, pays de l'or, la libéralisation de l'exploitation des minerais précieux a bouleversé les habitudes de travail de la population. Dans chaque village sont apparus des creuseurs, qui ont déserté les champs traditionnels ou les entreprises locales. Comme au Kivu, ces creuseurs tamisent les rivières, taillent de fragiles labyrinthes dans la terre friable, s'enfoncent dans des souterrains qui, parfois, s'effondrent sur eux” (BRAECKMAN, 1988)

Naqueles dias no Zaire, segundo a reportagem, tudo era uma questão política: ser amigo do presidente ou de quem estava próximo ao poder, era a única alternativa para se fazer negócios ou arrumar um bom emprego. Para quem não estava inserido nas altas rodas, os impostos e taxas se multiplicavam e as portas se fechavam (BRAECKMAN, 1988). Mobutu mantinha, na capital, uma vila, asfaltada e com iluminação pública funcionando, onde havia a capela de *Notre-Dame de la Miséricorde*, local onde um padre espanhol rezava as missas em latim e haviam homenagens à sua primeira esposa, Mama Mobutu, o palácio presidencial, e uma área residencial (BRAECKMAN, 1988). A vila, chamada Gbdolite, foi apelidada de “*Versailles da selva*” por um jornalista sul-africano. A fortuna pessoal de Mobutu, em 1982, era avaliada em 4 bilhões de Dólares (BRAECKMAN, 1988).

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível dizer que a entrada da Bélgica no advento colonial foi resultado dos esforços e convicção pessoais de uma figura em específico: o Rei Leopoldo II. Isto porque,

até basicamente a segunda metade do século XIX, o país não possuía vocação nenhuma para tal – nem mesmo de uma marinha a Bélgica dispunha. Após observar os altos lucros que o mandatário estava obtendo com sua colônia pessoal, o Estado belga viu, no clamor para que Leopoldo II deixasse de ser dono do antigo Estado Livre do Congo, uma oportunidade. Lá, aplicou um sistema de exploração e espoliação altamente repressivo e, na esperança de que essa repressão fosse atenuada aos olhos do congolês, criou, no agora Congo Belga, um extenso estado de bem estar social. Só isso não foi o suficiente para que o congolês deixasse de externar, através do desejo por independência, sua vontade por liberdade. Assim sendo, os belgas prepararam um plano para a independência política congoleza que perpetuasse uma dependência econômica da ex-colônia para com sua ex-metrópole. Patrice Lumumba foi visto como um empecilho a este plano e, por isso, foi morto. No fim, Mobutu, um militar comprometido com as ideias das potências ocidentais, assumiu o controle do país através de um golpe, garantindo por três décadas o acesso das potências ocidentais à riqueza mineral congoleza, submetendo a população congoleza a um contexto de repressão e cerceamento dos direitos políticos e liberdades individuais semelhante ao que havia nos tempos coloniais.

## REFERÊNCIAS

BRAECKMAN, Colette. **L'austérité au Zaïre**. Disponível em: <[http://www.lesoir.be/archive/d-19881124-W3RAUZ referer=%2Farchives%2Frecherche%3Fdatefilter%3Danytime%26sort%3Ddate%2520asc%26word%3DL%2527aust%25C3%25A9rit%25C3%25A9%2520au%2520Za%25C3%25AFre\\_o%25C3%25B9%2520%2527argent%2520reste\\_le%2520ci%2520ment%2520du%2520pouvoir](http://www.lesoir.be/archive/d-19881124-W3RAUZ referer=%2Farchives%2Frecherche%3Fdatefilter%3Danytime%26sort%3Ddate%2520asc%26word%3DL%2527aust%25C3%25A9rit%25C3%25A9%2520au%2520Za%25C3%25AFre_o%25C3%25B9%2520%2527argent%2520reste_le%2520ci%2520ment%2520du%2520pouvoir)>. Acesso em: 16 maio 2018.

CORNEVIN, Robert. **Le Zaïre**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

EVANS, Peter. **O Estado como problema e solução**. Lua Nova, São Paulo, n. 28-29, p. 107-157, Abr. 1993. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451993000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 jul. 2018.

KENT, John. **Descolonização e Guerra Fria: a ONU, os Estados Unidos e a crise do Congo (1960-1963)**. Relações Internacionais, Lisboa, n. 30, p. 39-59, jun. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992011000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MERRIAM, Alan Parkhurst. **Congo**. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1963.

MUNANGA, Kabengelê. **A República Democrática do Congo - RDC**. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/A-Republica-Democratica-do-Congo.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

OGOT, Allan Bethwell. (Org). **História Geral da África, V: África do Século XVI ao Século XVII**. Brasília: UNESCO, 2010.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acidentes de Transporte Terrestre 41, 42, 44, 46, 51, 54, 55

Adoção 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 141

Afetos 78, 80, 85, 86, 87, 88, 89

Aglomerados 41

Agronegócio 106, 107, 109, 113, 114, 115, 117

Ancestralidade 216, 217, 222, 223

### C

Capital 15, 67, 68, 71, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 122, 123, 126, 127, 130, 131, 147, 152, 169, 171, 173, 183, 184, 186, 188, 189, 201, 202, 207, 211, 212

Cartolas 155, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165

CBF 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167

Conservadorismo Social e Econômico 121, 123, 129

Coping 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105

Corrupção 155, 156, 159, 161, 162, 164, 166, 181

Covid 19 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

Cultura de Paz 133, 136, 137, 139, 140, 141, 142

### D

Direito Fundamental 133, 135, 168, 169, 172, 173, 174, 176, 177

Doença Ocupacional 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24

### E

Economia Solidária 78, 79, 83, 88, 89, 182, 202

Estado 36, 47, 48, 55, 56, 61, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 94, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 144, 147, 149, 151, 158, 159, 160, 161, 163, 166, 168, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 200, 201, 204, 205, 220

Ex-Presidiários 119, 120

### G

Gestão Pública 1, 11, 227

### H

Hiato do Gênero 25

## **I**

Independência Congoleza 121, 126, 129

Institucionalização 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 128, 148

## **J**

Justiça Restaurativa 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143

## **M**

Medida Socioeducativa 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177

Mortalidade 3, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56

MST 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 199

## **N**

Negociação Coletiva 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117

## **P**

Política 76, 89, 147, 154, 155, 166, 167, 179

Política Pública 106, 107

Práticas Pedagógicas 133, 135

Previdência 19, 124

Procedimentos Hemodinâmicos 1, 10

Profissionalização 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177

## **R**

Regime Disciplinar Diferenciado 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154

Reinserção 58, 63, 64, 119, 174

Rotas Metabólicas Bioquímicas 25, 38

## **S**

Socialismo 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200

Socioeducandos 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176

## **T**

Trabalho 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 32, 33, 34, 36, 38, 40, 45, 53, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 130, 133, 139, 142, 146, 150, 155, 156, 164, 168, 169, 171, 173, 174, 175, 177, 181, 182, 188, 190, 191, 192, 204, 207, 208, 210, 211, 213, 220, 221, 225

Transtorno do Espectro Autista (TEA) 90, 91, 92

Turismo 66, 71, 72, 76, 77


# *Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas*

## 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

# *Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas*

## 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2020